

A NULIDADE DO ATO TRIBUTÁRIO

2022

José Avilez Ogando

Advogado e Mestre em Direito

A NULIDADE DO ATO TRIBUTÁRIO

AUTOR

José Avilez Ogando

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

PRÉ-IMPRESSÃO

Patrícia Boleto

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

PENTAEDRO, LDA.

Março, 2022

DEPÓSITO LEGAL

496017/22

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

A NULIDADE DO ATO TRIBUTÁRIO. (Monografias)

OGANDO, José Avilez, 1976-

ISBN 978-989-40-0191-1

CDU 34

ÍNDICE

PREFÁCIO	5
APRESENTAÇÃO	7
ABREVIATURAS	15
INTRODUÇÃO	17
1. Exposição do problema jurídico	17
2. Objeto de investigação	24
3. Metodologia	27
4. O contexto atual das relações jurídico-tributárias	29
5. O contribuinte como destinatário das leis fiscais	31
6. Plano de exposição	34
PARTE I	
O ATO TRIBUTÁRIO	37
CAPÍTULO I	
ESTRUTURA DAS RELAÇÕES JURÍDICO-TRIBUTÁRIAS	39
1. Preliminares	39
2. A relação jurídica de imposto	41

A NULIDADE DO ATO TRIBUTÁRIO

3. <i>As relações jurídico-tributárias</i>	46
4. Efeitos próprios da obrigação fiscal	49
5. Características da obrigação fiscal	52
6. Razão de ordem	57

CAPÍTULO II

O PRINCÍPIO REFORÇADO

DA JURIDICIDADE TRIBUTÁRIA

1. O Estado fiscal como Estado de Direito	59
2. Os <i>três problemas</i> do Estado fiscal	63
3. A insuficiência do princípio da legalidade administrativa	66
4. Reserva de lei parlamentar	69
4.1. <i>Concretização do princípio</i>	69
4.2. <i>A extensão da reserva formal</i>	71
4.3. <i>Consentimento como garantia de transparência e clareza normativa</i>	74
5. Reserva material de lei: o princípio da tipicidade	75
5.1. <i>Concretização do princípio</i>	76
5.2. <i>As teses da tipicidade fechada</i>	79
5.3. <i>A abertura dos tipos imposta pela praticabilidade</i>	81
5.4. <i>A segurança jurídica como limite à abertura dos tipos</i>	83
5.5. <i>A concretização ativa do princípio</i>	85
6. O primado da lei e do Direito	86
6.1. <i>A presunção de constitucionalidade</i>	87
6.2. <i>A crise da legalidade estrita</i>	88
6.3. <i>A subordinação da administração à juridicidade</i>	90
6.4. <i>O princípio da tributação na medida da capacidade contributiva</i>	93
6.5. <i>O dever de exame da constitucionalidade dos atos normativos a aplicar</i>	94
6.6. <i>O direito fundamental a um certo exercício dos poderes tributários</i>	98
7. Conclusões e sequência	100

CAPÍTULO III

O PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO

1. Carácter procedimental da atividade tributária	103
2. O procedimento como uma certa forma de tomada de decisões	105
3. A natureza dos poderes e o específico interesse público prosseguido pela administração	107
4. O princípio da descoberta da verdade material como extensão da reserva de lei parlamentar	112

5. Consequência da natureza processual da atividade tributária	115
6. Panorâmica geral dos procedimentos tributários	117
7. Tipos de atos conclusivos dos procedimentos	118

CAPÍTULO IV

O ATO TRIBUTÁRIO	123
1. Noção	123
2. Natureza jurídica do ato tributário	126
3. As funções do ato tributário	129
4. A autoliquidação	132
4.1. <i>As posições na doutrina</i>	133
4.2. <i>Posição adotada</i>	137
5. A ambivalência do ato tributário	145

CAPÍTULO V

TUTELA GERAL DA LEGALIDADE DO ATO TRIBUTÁRIO	147
1. A dupla valoração normativa dos atos tributários e suas consequências	147
2. O caso paradigmático do <i>erro imputável aos serviços</i>	153
2.1. <i>A posição da doutrina e da jurisprudência</i>	154
2.2. <i>Tomada de posição</i>	156
3. Limites à estabilização dos atos tributários	160
4. A impugnação administrativa dos atos tributários: em especial sua finalidade	162
5. A impugnação contenciosa dos atos tributários: em especial os seus fundamentos	166
6. A oposição à execução: em especial, o fundamento de ilegalidade da liquidação da dívida exequenda	167
7. A revisão dos atos tributários: justificação da reapreciação extraordinária do ato	173

PARTE II

A NULIDADE	179
------------	-----

CAPÍTULO VI

A NULIDADE DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO	181
1. Fundamento e sentido da invalidade	181
2. A sede da disciplina jurídica da invalidade do ato tributário	184

A NULIDADE DO ATO TRIBUTÁRIO

3. As formas de invalidade	186
4. Nulidade e inexistência	195
5. O regime da nulidade	200
5.1. <i>A improdutividade jurídica independentemente de declaração</i>	200
5.2. <i>A regra da invocação, conhecimento e declaração a todo o tempo</i>	205
5.2.1 A invocação da nulidade e direito de resistência	205
5.2.2. O conhecimento da nulidade	208
5.2.3. A declaração da nulidade	208
5.3. <i>O poder-dever de atribuição de efeitos a situações de facto decorrentes de atos nulos</i>	210
6. As consequências da nulidade	211
7. A tipificação dos casos de nulidade	214
7.1. <i>Ilegalidades de natureza orgânica</i>	216
7.2. <i>Ilegalidades de natureza formal</i>	218
7.3. <i>Ilegalidades de natureza material</i>	219
8. A admissibilidade da nulidade em casos não previstos	225
8.1. <i>A necessidade de uma clausula geral de nulidade</i>	225
8.2. <i>O relacionamento direto dos atos da administração com a Constituição</i>	229
8.3. <i>Posição adotada quanto à imposição da nulidade a certos casos não previstos</i>	235

CAPÍTULO VII

A NULIDADE DO ATO TRIBUTÁRIO

A NULIDADE DO ATO TRIBUTÁRIO	239
1. Nulidade e contencioso tributário: possíveis objeções	239
1.1. <i>A execução prévia da obrigação tributária</i>	239
1.2. <i>Os prazos alargados de reapreciação dos atos tributários</i>	242
2. A posição do STA	244
3. O direito fundamental de natureza análoga à legalidade na tributação	256
4. Atos que ofendem o conteúdo essencial do direito fundamental à legalidade da tributação	260
4.1. <i>Atos impositivos de “impostos que não hajam sido criados nos termos da Constituição”</i>	262
4.2. <i>Atos impositivos de impostos “que tenham natureza retroativa”</i>	266
4.3. <i>Atos impositivos de impostos “cuja liquidação e cobrança se não façam nos termos da lei”</i>	268
5. Casos graves de violação da juridicidade tributária	271
5.1. <i>Os atos tributários desprovidos de base legal</i>	271
5.2. <i>Os atos tributários baseados em factos inexistentes</i>	275
5.3. <i>A liquidação feita com recurso a ato estranho às atribuições da AT</i>	279

5.4. <i>A violação do conteúdo essencial do princípio da tributação na medida da capacidade contributiva</i>	282
6. Possíveis efeitos do decurso do tempo sobre atos tributários nulos	285
CONCLUSÕES	289
JURISPRUDÊNCIA	303
BIBLIOGRAFIA	309